



neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade - Instituto de Ciências Sociais - U.M. - Guimarães - nº 6 - Março de 1999

S
U
M
Á
R
I
O

EDITORIAL

Tradição e mudança em Moçambique (1940/1960)

-Luís Polanah

FALANDO DE

DEMOGRAFIA HISTÓRICA...

-Maria Norberta Amorim

INVESTIGADOR APRESENTA-SE:

Otilia Lage

-Elisabete Pinto

APONTAMENTOS

DE INVESTIGAÇÃO:

Das escalas de observação, ou modos de construir graus de variação na prática historiográfica

-Maria Otilia Pereira Lage

INICIATIVAS

Jornadas do Neps
25 a 27 de Novembro

Comportamentos Demográficos, População e Sociedade

BIBLIOGRAFIA DO NEPS

Para um Roteiro de Fontes e Repertório Bibliográfico sobre Demografia e História das Populações

NAVEGAÇÕES

'FAQ' da Internet

-Antero Ferreira

NOTÍCIAS

EDITORIAL

Luís Polanah

Tradição e mudança em Moçambique (1940/1960)

1-A hipótese de aplicar o método da demografia histórica a uma sociedade sem escrita, é certamente inviável por muitas razões. Deve-se a sua inviabilidade ao facto de aquele método depender exclusivamente de fontes documentais escritas e muito pouco ou nada da informação oral. A possibilidade de uma leitura transversal de séculos de uma freguesia metropolitana requer a presença de registos elaborados por entidades competentes. Forma-se um acervo documental que o Estado ou a Igreja protegem. Os acontecimentos de um dado espaço de tempo encontram-se preservados através de livros que, ao tempo, serviram para registar as várias ocorrências na vida dos cidadãos, e que mais tarde a reflexão histórica sobre a evolução dos costumes procura neles as respostas para as suas interrogações.

2-Se se toma uma sociedade africana, de tradição exclusivamente oral, por inexistência de registos escritos, nenhum estudo pode ser feito de acordo com as metodologias e necessidades da investigação histórica utilizadas nos tempos modernos. As várias questões sobre nupcialidade, matrimónios, natalidade, defunções, migrações, etc. não encontram resposta numa sociedade africana, senão através da memória das pessoas mais velhas. Tudo o que possa despertar a curiosidade do investigador quanto à estrutura e evolução dum família ou grupo de famílias africanas só é viável através do in-

quérito directo dirigido aos membros das famílias visadas. A prova testemunhal apenas pode existir na memória das pessoas vivas e, destas, entre aquelas que, pela idade, ganharam o estatuto de sábios do povo..

3-Há os que falam do clã, outros das famílias, alguns ainda dos casos individuais e acontecimentos importantes relacionados com os desastres da natureza, ou com o carácter de um europeu que se notabilizou por ter sido bom e justo, ou um canalha para os Negros. A existência de um velho com boa memória da história do grupo não diminui a credibilidade de outros mais novos que se interessam pela história do seu grupo. Numa causa de interesse colectivo todos podem intervir para ajudar a encontrar uma decisão justa.

4-À parte o grupo dos velhos, em sua generalidade, considere-se que no círculo das famílias cabe ao homem e à mulher, patriarcas do grupo, reter os factos referentes aos seus antepassados, à sombra dos quais as famílias, em geral, regulam os seus actos e orientam os seus comportamentos, crenças e rituais, sempre evocativos dum ordem moral da qual é suposto ninguém desviar-se, mediante uma reiteração periódica com cerimónias e festas, ora familiares, ora colectivas.

5-Deste modo, todas as famílias têm claro sentido da sua trajectória existencial, tanto presente como pas-

sada. Quer os homens quer as mulheres procuram corresponder a essa incumbência moral do seu grupo para que cada membro adulto possa seguir o seu destino consciente da sua identidade e do grupo étnico e familiar a que está vinculado. Os Rongas e os Changanes, por exemplo, no sul de Moçambique, usam declinar a sua identidade com um complicado, às vezes enigmático, recitativo da sua linhagem. No qual o elemento simbólico ou mítico pode ocorrer e o interlocutor, se for do mesmo grupo étnico, deverá entender perfeitamente e acolhê-lo em conformidade.

6-Com este rigor bem estruturado da história e identificação pessoais os matrimónios podiam ocorrer sem o risco de uma ligação incestuosa. O contrário seria encarado com grande horror pelas desgraças que acarretam, do ponto de vista dos tabus violados.

7-Por este breve enunciado, é fácil avaliar que a metodologia da demografia histórica não tem aplicação possível em sociedades sem escrita, em particular no caso do sul de Moçambique, que serve neste apontamento de matéria de reflexão. Os primeiros registos devem ter surgido nas missões religiosas do interior ou das cidades, quando o africano é baptizado, casa e morre como cristão. Nestas ocasiões, o indivíduo (africano) tem duplo registo - um escrito e outro oral, aquele, segundo as leis da Igreja missionária e do direito colonial, este, pelo contrário, sustentado pelo direito tradicional bantu (africano). No entanto, os dois registos não se completam, mas pelo contrário, põem a descoberto as incompatibilidades entre o sistema oral e o sistema escrito em livros de assento da vida das populações.

8-A formação das famílias no âmbito do direito bantu aparece, segundo muitas opiniões inflexíveis perante a diversidade dos costumes dos povos, maculada por momentos imorais e ofensivos da dignidade da pessoa humana. O lobolo, por exemplo, é (ou foi) persistentemente tido como venda ou compra da mulher destinada a ser esposa, na fundação duma nova família. Na época coloni-

al era um dos factos mais vituperados com argumentos que, exaltando a excelência da nova moral, apenas serviram para provar que o colonizador não percebia que sistemas culturais diferentes defendem os mesmos valores e princípios, mas em direções distintas...

9-É claro que houve em Portugal espíritos atentos e esclarecidos que ergueram suas vozes para tentar explicar que o lobolo não configurava a venda da mulher casadoira, transacção de mercadoria humana, mas algo como um dote, uma garantia ou forma de compensação que a família da noiva recebia para, por sua vez, casar um filho com mulher de outro grupo (que até poderia sair do grupo do marido da filha, agora casada).

10-Entre famílias europeias ou estratos sociais tradicionais os bens dos noivos importavam muito no tempo em que a propriedade fundiária era ainda um património que assegurava a subsistência e a posição social do casal e seus familiares. E entre os europeus foi sempre mais problemático casar mulher rica com um homem pobre do que homem rico com mulher pobre. E na Índia, a mulher para casar precisava de ter dote de família, de contrário, só um homem rico, que se apaixonasse por ela, poderia dispensar esse património da noiva. Com os africanos o importante era que o noivo, por si ou pela família respectiva, fosse capaz de liquidar o lobolo exigido pela família da noiva.

11-A conversão ao Cristianismo não implicava uma ruptura com a família pagã, mas um acréscimo de trabalhos para atrair a maior parte dela e criar, assim, em volta dos filhos baptizados um ambiente de comunidade cristã capaz de sustentar as suas mal digeridas convicções religiosas. Um dos pontos mais difíceis de entender pelo indígena era essa preocupação do homem branco em comportar-se em vida como um bom cristão para garantir a 'salvação da sua alma', na hora da morte.

12-Em primeiro lugar, na metafísica dos animistas a alma não prestava contas a nenhuma entidade sobrenatural e, se sobrevive, tem outros destinos e actuações, que, de

modo nenhum, visam alcançar um perdão celestial para viver eternamente nas graças da suprema divindade. Depois, as circunstâncias da morte do indivíduo podiam determinar o comportamento do morto na outra vida. Não se tratava tanto de ele encontrar algum perdão do outro lado da vida, mas de assegurar que ele fosse uma entidade, protectora dos vivos, e não ressentida e vingativa. Reinstaurado como espírito, devia converter-se numa entidade providente na vida da descendência sobrevivente...

13-Quando uma comunidade indígena é parcialmente convertida ao Cristianismo, surgem situações que dificilmente poderiam ser resolvidas com boa compreensão das partes, especialmente pela comunidade branca. Darei dois exemplos. Na família tradicional os filhos quantos viessem ao mundo representavam uma benção dos antepassados, mas a esterilidade da mulher representava um infortúnio. Para fazer face aos índices de mortalidade um cacho de filhos oferecia garantia de sobrevivência de uma parte e, portanto ficava assegurada a continuidade da família e do clã. Um europeu podia ver nessa abundância prova da sensualidade dos negros, imprevidência, irresponsabilidade, a animalidade sobreposta à condição humana, portadora duma essência divina!

14-Fora tradição, noutros tempos, por morte de um indivíduo sem descendência, a viúva ser incorporada como esposa, entre as esposas do irmão mais velho sobrevivente. Os filhos havidos desta união seriam sempre imputados à pessoa do falecido, ficando assim assegurada a sua descendência. Um procedimento que, a despeito de se não conhecer as suas ligações, no passado, com as tribos de Israel, concertavam-se perfeitamente com as leis do Velho Testamento.

15-Neste enquadramento, sendo a moça cristã não devia submeter-se ao preceito de dar ao marido morto uma descendência segundo o costume tribal. Possivelmente, teria de se resignar e procurar ter filhos num segundo casamento ou abandonar a disciplina da Missão e seguir a tradi-

16-Porém o contrário, poderia ser mais fácil para o homem. Sendo este casado cristãmente, tomaria a viúva dum irmão seu sem filhos, segundo os ritos tradicionais, sem despertar suspeitas. Como aconteceu algumas vezes a casais já urbanizados, ele como servente, guarda, empregado de balcão ou motorista duma empresa, vivendo com a família nos subúrbios da cidade como um bom cristão. Tudo podia ser feito com a máxima discrição sustentando-se duas situações adversas em territórios distintos e distanciados - a cidade e a aldeia nativa.

17-Quando ocorria não ter filhos da esposa legítima, não lhe sendo fácil obter o divórcio sob o controlo dos missionários, podia, no entanto, na terra natal, casar 'cafrealmente', isto é, segundo as leis e os ritos indígenas com outra mulher que lhe desse filhos. Eram situações ambíguas que os constrangimentos da acção civilizadora, muito radicais nos seus propósitos, geravam, partindo do princípio de que a cultura africana era imoral no seu conjunto, por isso mesmo considerada 'selvagem', expressão que se usava discretamente numa roda de amigos e familiares...

18-Nos ritos de sepultamento de um parente morto, a tradição impunha o batuque fúnebre, vinho, aguardente e comida, em memória do defunto. Aos olhos do europeu e do puritanismo religioso essas man-

ifestações mortuárias não representavam mais do que um pretexto para a extravasão da animalidade do negro. Ao ritmo dos batuques, entre danças e cantos, as cerimónias podiam arrastar-se por uma semana, conforme a importância do morto e as posses da família. Todo este espectáculo configurava-se, aos olhos das autoridades territoriais, como um pandemónio e quase loucura, pelo estado de exaltação emocional que homens e mulheres atingiam.

19-A perda de um familiar concitava sempre profunda dor naqueles que a ele se achavam ligados pelo sangue ou por laços de afinidade. A forma de exprimir essa dor não é exclusivamente pessoal. Existe uma postura moral, na respectiva cultura, que condiciona o comportamento das pessoas, nessas ocasiões. A explosão dos sentimentos (com choros, gritos, lamentações aos brados, ou por uma exposição burlesca da dor) impõe-se como uma forma espectacular do luto, exaltando assim a importância da pessoa desaparecida. Em vez do mero discurso (profano ou religioso) feito com solenidade, como os europeus, à sua maneira, fazem.

20-Nestas sociedades importava, antes de tudo, oferecer o espectáculo do tecido social 'roto, esfrangalhado' com o desaparecimento desse ente, tanto maior quanto a importância do morto. Passada a semana das lamentações, apaziguados os ânimos, a consciência de o morto haver sido

condignamente 'chorado' (dizia-se 'chorar o morto'), tudo, aos poucos, tornava à normalidade.

21-As danças, lamentações e a gestão de vinho e bebidas cafreais, assim como a extravasão da sensualidade durante a noite, fosse entre quem fosse, interpretavam os europeus e missionários esses momentos como uma explosão de lascívia animal, decidindo-se, muitas vezes, por exigir da autoridade administrativa a sua repressão. Tais excessos (aos olhos do europeu) de imoralidade eram parte duma representação colectiva em que a morte de um membro se repercutia no grupo atingido como uma crise. A desordem moral instalava-se com a falta desse membro e o testemunho colectivo do caos abatido sobre o grupo era o passo para ser recuperada a ordem moral anterior da vida colectiva.

22-Por fim é bom não esquecer que todos os povos têm o seu modo peculiar, culturalmente padronizado entre balizas morais bem definidas, de exprimir as suas crises existenciais e de superá-las. Poucos haviam entendido os africanos, sobretudo, aqueles que tinham por missão educar, condenando velhos costumes tribais para impor decalques das suas próprias tradições, com a obsessão de eliminar as diferenças e escalar a sociedade colonial nascente, segundo uma ordem hierárquica inspirada no evolucionismo de Darwin... ■





NOME: *Maria Otília Pereira Lage*

IDADE: *50 anos*

NATURALIDADE: *Carrazeda de Ansiães*

RESIDÊNCIA: *Rio Tinto*

ACTIVIDADE PROFISSIONAL: *Chefe de Divisão dos Serviços de Documentação e Publicações do Instituto Politécnico do Porto*

No rasto das populações anónimas

Ao procurar a origem da predileção pela investigação histórica, Otília Lage recorda a infância, o tempo em que era seduzida pelos escombros de um velho castelo existente nas imediações da sua residência. Em Trás-os-Montes **“há muitos vestígios de história”**, refere ao explicar a profunda influência do meio onde nasceu na formação académica. **“Ainda existem as ruínas de um castelo anterior à monarquia, situadas num planalto. Era aí que passava grande parte do tempo a brincar com os colegas de escola”**, lembra, ao justificar que essa **“marca da história”**, associada ao **“horizonte sem fim”** suscitavam inúmeras interrogações, pois, **“sempre quis saber o que estava antes de mim e o que existe à minha frente”**.

Uma paixão que se acentuou com as leituras. Há quatro décadas, em Carrazeda de Ansiães, **“os livros eram escassos, existiam apenas os manuais escolares e os almanaques e as geografias de santos que os avós possuíam”**. No entanto, com a chegada da Biblioteca Itinerante da Fundação Calouste Gulbenkian aqueles que desejavam conhecer os mistérios do passado ganharam novo alento. **“Foi uma espécie de sol que se abriu”**, admite. A par do desejo de descobrir o passado, nasceu **“o gosto pelos livros”** e o fascínio pelas bibliotecas.

Mal concluiu o estágio, após terminar a Licenciatura em História, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Otília Lage ingressou num Curso de Pós-Graduação em Bibliotecologia, Arquivística e Documentação, em Coimbra. Recuando no tempo, explica a decisão como se fosse o resultado da união da **“necessidade de aprender”** com o **“o gosto pela investigação”**. O rigor no apuramento de informações e na recolha de dados foi outra das razões que motivou a sua progressão na carreira académica. É que, apesar de possuir uma licenciatura **“não sabia como lidar com os documentos, como organizá-los.**

Achei que precisava de conhecer técnicas para ser rigorosa nessa actividade”. O motivo era aparentemente simples, **“precisava de saber como ensinar os alunos a ler e interpretar os documentos, as fontes”**.

Todavia, essas intenções não foram cumpridas. O Curso de Pós-Graduação abriu novos horizontes profissionais para Otília Lage. **“Tive a sorte ou azar de ter uma proposta do Ministério da Educação para criar um serviço relacionado com bibliotecas”**, indica, sem esconder um sorriso, ao adiantar que desde essa época, 1979, **“tem feito uma bibliotequização de colegas, funcionários e alunos”**, através do planeamento de inúmeras acções de formação.

Com uma actividade profissional tão intensa e absorvente, o tempo para a investigação escasseou, mas a sede de conhecimento venceu o ritmo dos ponteiros do relógio. Otília Lage apercebeu-se que estava a perder o contacto com o desenvolvimento da história. **“Não dava aulas e o ensino também fomenta a investigação”**, desabafa, ao admitir que o seu envolvimento com a investigação histórica se tornou possível quando se começou a dedicar exclusivamente à área das bibliotecas e documentação. Passou a ter de **“mais tempo e disponibilidade mental para a investigação”**.

Embora goste da **“actividade docente”**, faz questão de salientar que vive muito os constrangimentos do ensino no dia-a-dia. **“Como docente não vejo um auditório diante de mim, existe um conjunto de indivíduos, cada um deles com as suas aptidões e interesses em relação ao que está a ser dito”**, declara, enquanto esclarece que **“os professores têm que trabalhar até altas horas da noite, de modo a conseguirem inventar estratégias para conseguir os seus objectivos**

junto dos alunos”. Uma realidade muito distinta da autonomia que a investigação histórica oferece. Corria o ano de 1995, quando completou o Mestrado em História das Populações, na Universidade do Minho, com uma tese intitulada *Comunidade e Fábrica: Na linha de fronteira Tradição Inovação. Um caso no modo português de industrialização*. **“Foi o Mestrado que quis, porque sempre me interessei pela história social”**, afirma.

Neste domínio, Otília Lage tem aprofundado conhecimentos e sugerido novas abordagens relativamente à problemática da técnica, no seu diálogo com as comunidades locais. Isto porque, **“vivemos rodeados de objectos, sabemos muito pouco deles e do impacto que têm sobre nós”**. No fundo, este **“é o elemento da realidade social”** que interroga a investigadora que pretende contribuir com o resultado do seu trabalho para ajudar a fundar os alicerces de uma nova História Social. Daí, que o rumo da sua orientação seja norteado pela industrialização portuguesa, na tentativa de perceber o país: **“quais os seus modos de modernização? Que tipo de burguesia?”** Pelos conhecimentos adquiridos, Otília Lage não esconde o que pensa, **“há uma má formação da burguesia, com repercussões no modo singular de irmos progredindo na nossa modernidade”**.

Não obstante ser permanentemente insatisfeita em relação à investigação, reconhece grandes virtudes no método de reconstituição de paróquias, na medida em que permite recuperar **“um conjunto de elos perdidos na história deste país”**, porque permite conhecer **“a história das populações anónimas”**. É isso mesmo que Otília Lage procura documentar com a tese de doutoramento que prevê concluir no final deste ano. ■

DAS ESCALAS DE OBSERVAÇÃO, ou modos de CONSTRUIR graus de VARIAÇÃO na prática historiográfica

Em trabalho de investigação anterior, centrado na análise da relação comunidade-fábrica, numa escala sociológica de tempo histórico curto (1920-1990) enraizado embora na longa duração demográfico-histórica (1595 -1920) e num contexto espacial delimitado, situável no que convencionalmente se tem chamado de história local, foi nosso objectivo principal esboçar novas hipóteses de leitura interpretativa do modo português de industrialização.

1. ANCORAGENS

Iniciado pela aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias (AMORIM, N. : 1973 a 1992) ao estudo de uma pequena paróquia do Norte de Portugal, Santa Marinha de Pedreira, com a organização sistemática dos dados dos seus registos paroquiais entre 1595 e 1828, essa nossa pesquisa veio a centrar-se na análise social de uma fábrica metalúrgica, situada no seu termo, desde a década de 20 do nosso século.

Foi nosso objectivo principal, inscrever no debate teórico-metodológico necessário à compreensão da nossa contemporaneidade social, a nossa visão de “baixo para cima” da história, e a tentativa aí consubstanciada, de procurar as relações recíprocas entre a micro e a macro-história.

O percurso de investigação empreendido, marcado pela procura de apreensão da “história que os homens não sabem que fazem” (GINZBURG, C.: 1989), haveria de nos conduzir, na perspectiva do “excepcional normal” (GRENDI, F.), ao desenvolvimento do seguinte argumento - de como a inovação se alicerça na tradição e/ou de como esta pode naquela persistir.

Do âmbito da História Social, esta

pesquisa desenvolveu-se, num concelho do distrito do Porto, o concelho de Felgueiras, situado no eixo Vale do Sousa - Vale do Ave - Vale do Tâmega- e caracterizado pelo predomínio das situações de dupla actividade, a que não é, por certo, alheia a estrutura fundiária desta região, onde a indústria do calçado e a do mobiliário metálico, detêm o “exclusivo” - realidade de um pulsar de fabrico espasmódico, não estruturado, numa erupção de pequenas fábricas e lugares de produção ao domicílio, característico do que nos parece poder denominar-se melhor de fabrilização, bem mais do que de um clássico processo de industrialização.

Foi neste quadro, a vários títulos, espaço de fronteira, que entre 1992 e 1995, desenvolvemos o nosso trabalho do qual resultou a elaboração da tese “ *Comunidade e Fábrica: na linha de fronteira, tradição e inovação: um caso no modo português de industrialização* “ que apresentámos, em 1995, ao Mestrado de História das Populações da Universidade do Minho.

Esta pesquisa delimita-se concretamente em torno da reconstituição histórica, num período longo, da pequena freguesia de Pedreira (cerca de 1500 habitantes, numa área de 3,5 Km²), enquanto ponto de partida para o estudo de um caso na industrialização portuguesa, sector da metalomecânica. Marcadamente rural, o facto de no seu termo se localizar, uma grande empresa de mobiliário metálico, a Metalúrgica da Longra, que aí fundada, como pequena oficina, na década de 20, viria a ser uma das mais representativas fábricas metalúrgicas nacionais deste ramo, tornavam-na, para nós um objecto de análise histórica e social de inegável interesse.

O trabalho descritivo-analítico desdobrou-se fundamentalmente por toda uma etapa inicial dedicada à apresentação espacio-temporal da **Comunidade**, onde se procedeu à descrição e caracterização da pequena paróquia por onde iniciámos a pesquisa. Dela, enquanto es-

paço de fronteira, ao nível da sua definição geográfico-histórica, tratamos em algumas rubricas, elaboradas a partir de fontes primárias e secundárias, tendo em atenção particularmente os dados referentes ao território e sua população, bem como alguns dos principais indicadores económico-sociais, em que de passagem se destaca a confraria, enquanto interface do quadro paroquial e civil. Nesta espacio-temporalidade se ancorou a genealogia ascendente e descendente do fundador da **fábrica**, através da qual procurámos apreender os modos de construção de identidades, o processo de identificação de actores ligados simultaneamente à fábrica e à comunidade.

Procedemos à recolha de outros dados dos registos paroquiais, tomados como indícios para a pesquisa e organização de dados obtidos em outras fontes, designadamente paroquiais e municipais, em ordem à “reconstituição” da história da paróquia, que embora fragmentada, nos servia para delinear um “mundo social” que designamos de quadro paroquial. Este é quanto a nós identificador até há bem pouco tempo da organização das populações no norte de Portugal, persistindo eventualmente ainda hoje no que designamos de paroquialismo, por contraposição a fabrilização, noção que derivamos do “mundo social”, a fábrica, que só mais recentemente passou a conformar um novo quadro de vida das mesmas populações.

No estudo da fábrica, adoptámos uma outra forma de abordagem .

Numa perspectiva macro, procurou-se conhecer, na diacronia, o sector da metalurgia e da metalomecânica em Portugal, com destaque para o subsector do mobiliário metálico. Na linha de recentes trabalhos sobre a cultura da empresa e sua história, reconstituiu-se, a partir de documentos da empresa, a memória histórico-descritiva desta.

Os recursos e modos de acção - trajectórias, ciclos, redes, objectos, da Metalúrgica -, analisados morfologicamente, isto é, atendendo então às formas que assumem e não tanto à

sua história, constituíram por sua vez a parte mais significativa do núcleo central do nosso trabalho.

Assim se organizou o essencial do trabalho de campo, desenvolvido em grande medida por abdução face aos conhecimentos/desconhecimentos gerados pela fase descritivo-analítica a qual se suportou na aplicação do método interaccionista usado (STRAUSS: 1990, 1992).

Com efeito, este constituiu para nós uma das principais fontes de novo conhecimento e o desafio decisivo, nos modos de recolher, organizar e tratar parte significativa do material pesquisado, construindo a partir dele o nosso objecto de conhecimento, que fundamentalmente consistiu em tentar clarificar e dar forma à competência dos actores, o que só o trabalho de campo nos permitiu revelar, conferindo visibilidade aos fragmentos da competência ordinária que até aí haviam permanecido subestimados, reduzidos ou ignorados (Boltanski: 1990, p.134). O que então estava em causa era a compreensão da exemplaridade da Metalúrgica da Longra, importante unidade produtora de mobiliário metálico e pioneira também, em Portugal, do design industrial.

A Metalúrgica da Longra, enquanto unidade de produção, participou de ambas as esferas de actividade: a do económico e a do social.

Limitámo-nos assim, à análise das relações entre duas formas de coordenação, uma industrial outra doméstica, que se escolheram pela importância que detêm nos fenómenos críticos de que a empresa é expoente na nossa contemporaneidade e que implicam uma referência simultânea ao “económico” e ao “social” (Thévenot, 1989).

Reservamos para uma análise das redes fabris, em particular as localmente surgidas a partir desta fábrica, o princípio da oportunidade, próprio de uma terceira forma de coordenação, a mercantil.

A adopção do conceito de recurso permitiu-nos o trânsito entre os domínios do económico e do social, ao fazer corresponder à relação custo/benefício em que o económico habitualmente se analisa, a relação sacrifício/vantagem enquanto menor denominador comum do social.

Os problemas metodológicos e as

tentativas de resolvê-los, os limites dessa pesquisa e as nossas próprias limitações, constituem o que de agora em diante pretendemos superar.

2. WOLFRAM = VOLFRÂMIO...

São entre nós muito raros, ou praticamente inexistentes, os estudos de análise social em que a questão do Volfrâmio seja abordada por si, para além do contexto económico e sobretudo político em que em regra é situada a um nível meramente descritivo e muito menos perspectivada na sua complexa dimensão sociológica. E, todavia, trata-se em nosso entender de um fenómeno económico, político e social, simultaneamente exógeno e endógeno, cuja transversalidade, isto é, a possibilidade de ser analisado para além da estratificação da formação social portuguesa contemporânea que atravessa, lhe confere o sentido e o significado de um novo e meteórico princípio estruturante que com aquela se mistura, conflitua e desvanece, trazendo para a sua recomposição um contributo decisivo. Nesta medida, e pelas profundas e vastas implicações que se nos afigura ter tido, apresenta-se-nos como um objecto de pesquisa temporal e geograficamente bem delimitável mas de feitos e efeitos sociais difusos, cujo conhecimento se constitui em desafio científico mediante o qual se poderão identificar configurações de sentido capazes de conferir nova visibilidade à compreensão da moderna sociedade portuguesa na sua singularidade e penetrar no granulado do seu retrato histórico procurando ver além dele.

Há sobre esta matéria, uma significativa diversidade de fontes e materiais inexplorados, desde documentos de arquivo em abundância, ainda tecnicamente por tratar, até às marcas de grandes obras interrompidas, passando pelos montes revolvidos de minas abandonadas, por memórias latentes e rasuradas. Tomamos o fenómeno do Volfrâmio como um laboratório onde têm lugar um precipitado multiforme de estratégias cruzadas e uma combustão de acontecimentos, comportamentos, representações, símbolos e sinais de profundo significado histórico e inegável impacto social. Supõe por isso a necessidade da sua reconstrução micro-histórica e a articulação dos níveis micro e macro da análise sociológica. A hipótese vai no sentido de considerar o “volfrâmio” como um detonador de forças estruturais e impulsos

latentes determinantes em grande medida de especificidades endógenas da formação social portuguesa, que adquirem dominância, recorrentemente, por efeito de factores em regra de natureza exógena. Por isso se procurará ensaiar novas formas de abordagem, à margem das perspectivas centradas na conjuntura curta do pré-pós 2ª guerra mundial sob que o fenómeno tem sido considerado.

A revisão teórica que nos propomos do campo em que se quer trabalhar, é conduzida pela pressunção de simbolizar o volfrâmio, a interrogação recorrente que permanece na nossa história contemporânea com a idade de pouco mais de 50 anos.

O argumento a que se procura dar consistência, traduz-se, por um lado no equacionar o Volfrâmio como válvula de escape do “Estado Novo”, quer ao nível da economia, pela via excepcional de acumulação de capitais, esteio financeiro da economia nacional durante décadas que proporciona, quer do ponto de vista social, enquanto dissolvente de conflitos e movimentações sociais antagónicas; consiste, por outro lado, em tomar o que de súbito se evidencia, qual meteorito ou estrela cadente, alterando o espaço social, como factor de profundo e decisivo impacto na mudança abrupta mas de efeitos duradouros, em matéria de hábitos, comportamentos, representações, estratégias e estilos de vida e relevar a sua total irreversibilidade. Assenta na inferência do papel decisivo que pode ser atribuído a certos eventos históricos, curtos mas intensos, como o Volfrâmio tomado como entidade histórica, que decisivamente cria condições de profunda mobilidade social e do surgimento de traços próprios das sociedades de consumo. Nessa medida também, exige uma renovada reflexão teórica sobre a importância da sua dimensão de transversalidade, considerada esta enquanto elemento explicativo do que escapa às análises clássicas, descritivistas, estruturalistas, funcionalistas ou baseadas no princí-

pio da luta de classes .

A exploração mineira concessionada a grandes companhias anglo-americanas e, em menor número, germânicas, distingue-se da exploração “livre” correspondendo linearmente, à primeira, uma lógica industrial em conflito latente com uma lógica de mercado, enquanto à segunda, preside essencialmente uma lógica doméstica conflituando com aquelas, numa procura constante de compromisso através de uma lógica subterrânea de mercado, patente no contrabando.

2. 1. A QUESTÃO DO VOLFRÂMIO OU A QUESTÃO DA QUESTÃO DO VOLFRÂMIO?

Inominada, a exploração do volfrâmio vinha já dos princípios do século, enunciada em narrativas populares sobre os tempos obscuros da origem das Minas da Borralha e das Minas da Panasqueira, que haveriam de ser os dois mais importantes centros mineiros de volfrâmio do país. O que a fez ganhar nome? E porque foi fixada na nossa literatura histórica como questão do Volfrâmio e não Questão do Tungsténio, metal do minério wolframite? E porquê questão? A “fárria”, expressão émica em que foi cunhado, e ainda hoje lembrado, o processo complexo de implicações socio-culturais despoletado na sociedade portuguesa, no período da II Guerra Mundial, pela tendência altista da sua exploração/venda (e não propriamente indústria extractiva/comercialização, e a diferença não é, parece-nos, em termos teóricos despicienda, pelo que é nosso objectivo aprofundá-la), a fárria, dizíamos, sintomatiza também e de que modo, essa destruição das convenções? Há alguma linha de continuidade entre a quebra das regras e convenções económicas e das convenções sociais? Como nos posicionarmos em terrenos tão movediços e de recorrente imprevisibilidade? Características aliás inerentes, ao que tudo indica, do minério em questão, cujo comportamento ao nível do ciclo produção-consumo-cotações-preços, é de todos os metais o mais variável e talvez por isso, e pela diversidade particular das suas aplicações industriais - desde o fabrico de peças e ferramentas para as indústrias de ex-

tracção e perfuração dos solos, até ao fabrico de armas de guerra - um dos que melhor poderá assumir a natureza de barómetro social, económico e político, dado o elevado potencial de valor estratégico que tem classificado como metal do séc. XX ?

Requer pois uma abordagem não linear. **Donde nos questiona tal questão?**

Parece-nos ter havido uma operação de recobrimento e mistura da própria origem do termo em português. Na verdade, a designação volfrâmio poderá ter resultado do movimento social que andou associado à exploração do minério, sendo tradução completa, ou “livre”, “oral” do Wolfram alemão de ouvido (Volframe), verificada logo no início do processo de ciclos curtos mas intensos e espasmódicos da dominação/exploração deste mineral metálico.

Outras perguntas, ao nível conceptual, se cruzam e adensam as nossas tentativas de apreensão primeira do objecto de estudo, no acto de interrogar esse “real” complexo e as sucessivas e intermitentes referências que, sempre ou quase sempre lateralmente, lhe têm sido feitas. Assim, porque sendo o Volfrâmio entre nós por todos reconhecido nas suas implicações políticas, económicas, sociais, culturais, demográficas e mesmo técnicas, nunca foi até hoje verdadeira e autonomamente estudado na sua globalidade e especificidades próprias? Ou seja, a nosso ver, o volfrâmio tem sido e é ainda hoje mais falado pelas populações do que pelos historiadores e cientistas sociais.

Como sistema assim complexo e processo não linear, em certo sentido até caótico, requer um novo quadro teórico capaz de dar conta do imbricado de dimensões em que é configurável, desde a diversidade e inovação das fontes a mobilizar (directas - fontes materiais da exploração /extração, testemunhos orais, documentos de arquivo de empresas e companhias mineiras e indirectas - literatura e relatórios científico-técnicos, interpretações que em regra recobrem a complexidade do “real” a analisar, e consequente informação a construir pela reunião de fragmentos diversos e dispersos, até à renovação de esquemas metodológicos e de interrogação no que por exemplo diz respeito não tanto à interpreta-

ção por exemplo de fontes literárias existentes, mas fundamentalmente ao que poderá explicar por que e em que medida o próprio fenómeno volfrâmio impele ao seu registo e interpretação sob formas de criatividade literárias.

Neste trabalho de investigação, ao contrário do anteriormente apresentado, o objecto de estudo que nos propomos, e que nos leva a procurar dissecar o que convencionalmente se tem encerrado na chamada “questão do Volfrâmio”, é um objecto concentrado, densificado no tempo e vasto/disseminado no espaço. A exigir, pois, um trabalho contrário, de estilização de redes e sobretudo complexos, um esforço de desemaranhar novelos, distender temporalidades, discutir políticas tomadas como espaços confinados e espaços públicos como desconfinamento de políticas. Assim, enquanto que no anterior trajecto de pesquisa, o modelo foi o que podemos chamar de construtivista, para o que nos socorremos da sociologia e da antropologia e de um trabalho de reconstituição do vivido, aqui, onde o vivido é ainda quase presente, embora de contornos muito esfumados sob a forma de memória agregada e sublimada, o que implica desagregar, levantar camadas e estabelecer níveis, teremos que seguir aqui um modelo desconstrutivista. Isto é, procedendo como na arqueologia, procurar trazer à superfície os “recalçados”, e socorrendo-nos da identificação das tecnociências recentrar através de um outro lugar concedido aos objectos, a outros seres, às análises químicas e actividades subterrâneas, mesmo no sentido literal do termo, que implica o trabalho nas minas, empreender uma outra análise do social e do político, uma outra inteligibilidade da construção dos fundamentos da nossa modernidade/ pós-modernidade, nas relações da nossa (inter)dependência, pelo levantamento das miríades de relações, comportamentos e estratégias sociais, saberes práticos e técnicos em confronto, modos de gestão de economias e dispêndios e (re)formulações de poderes em jogo. O que nos impõe a necessidade de definição de uma escala móvel de observação.

Na verdade o que no estudo do volfrâmio - realidade sociohistórica

complexa perseguimos, é não tanto um fenómeno ou uma entidade, mas também não só um objecto empírico ainda que muito complexo de pesquisa, mas sobretudo uma questão, que abandonando sem esquecer, o sentido que lhe tem vindo a ser dado pelos estudiosos que a trataram, se reformula, enquanto objecto problemático que abre um campo de possibilidades, entre as quais o actor histórico teve que escolher, reformulável numa constelação de configurações de manifestação diversificada da história. Procuramos então, pela organização de fragmentos significativos, pela seriação sistemática de contextos de referências descontínuos, e pela identificação de regularidades tornadas inteligíveis na sobreposição de temporalidades várias apreendida em situações de confronto e disputa em violência - em que as pessoas são claramente meros suportes dos objectos disputados - (BOLTANSKI: 1993), produzir o efeito de estranhamento próprio do acto de conhecer que só a desterritorialização em relação às categorias de análise e aos modelos interpretativos do discurso historiográfico dominante, provoca.

O nosso tempo é o tempo em que quatro temporalidades geracionais se sobrepõem e cruzam o que concorre para adensar a noção de história vivida, e acarreta consequências nos modos convencionais de entender a história. Se há maior duração do decurso das próprias vidas e a velocidade de mudança é também muitíssimo maior, verifica-se um efeito multiplicador que se traduz no facto novo de ser possível e se ter tornado possível viver a história na história, o que não poderá deixar de ter consequências nos próprios modos de entender a natureza do conhecimento histórico e também nos modos de “reconstituí-la” e contá-la”. Dito de outro modo, vive-se o paradoxo de a nossa contemporaneidade ser o maior, mais fugidio e simultaneamente mais imperioso objecto da história.

Assim, resta-nos, pelo menos para já, o caminho de contar histórias possíveis pela pesquisa de marcas aparentemente insignificantes, pela reconstituição de inscrições nos tecidos sociais, pela reconstrução de elementos estratificados que só a imaginação à mistura com uma gran-

de curiosidade e uma infinitamente paciente utopia nos ajudam a fixar. O principal herói da nossa história é uma pedra, um pouco mais pesada e mais negra do que as habituais pedras arremessadas pelos pastores a lobos e ovelhas. Deram-lhe os textos científicos e os laboratórios nome - símbolo WO3 - características e teores fixados no jogo dos negócios. Os poderes, transformaram-no enquanto o diabo esfrega um olho em alma de canhões, máquina de guerra.

O nominalismo histórico permite-nos apenas perscrutar as causalidades sub-lunares, dando-nos liberdade de trajectos no espaço acontecimental.

Que instrumentos, que mediações, que conceitos, que quadros e que coordenadas então usar? Todas as que existem, com enorme suspeição e nenhuma delas em absoluto, procurando não esquecer que “nós vivemos em sociedades que têm por laço social os objectos fabricados em laboratórios, fábricas e oficinas, a partir de matérias primeiras extraídas por exemplo em minas, o que pressupõe mudanças frequentes de escalas, cruzamentos sucessivos apenas perscrutar as causalidades sub-lunares, dando-nos liberdade de trajectos no espaço acontecimental.

Que instrumentos, que mediações, que conceitos, que quadros e que coordenadas então usar? Todas as que existem, com enorme suspeição e nenhuma delas em absoluto, procurando não esquecer que “nós vivemos em sociedades que têm por laço social os objectos fabricados em laboratórios, fábricas e oficinas, a partir de matérias primeiras extraídas por exemplo em minas, o que pressupõe mudanças frequentes de escalas, cruzamentos sucessivos de plantas e marcos, deslocamentos, substituição de ideias por práticas possíveis, raciocínios apodícticos por “data”, etc.

Como conseguir transformar artefactos em factos e factos em inteligibilidades, quando um objecto bem mais complexo está por detrás da história protagonizada por esta “pedra”? Elemento há

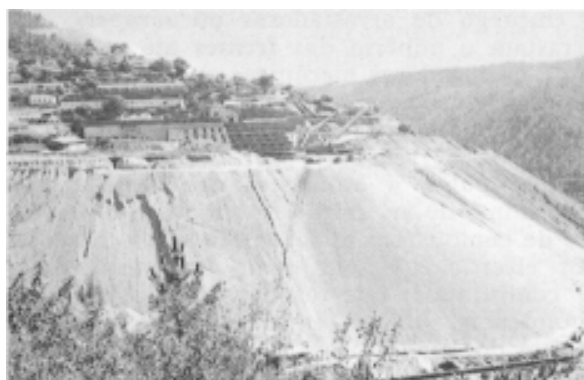
menos de 200 anos nominado tungsténio, e transmudado há menos de 100, pela inscrição nos nomes sociais volfram, volfro, volfrâmio, alquimicamente re(de)composto em múltiplas funcionalidades ?

2.2. PARA UMA INTENSIDADE, A SOCIOHISTÓRIA.

Optámos por seguir um objecto, no caso vertente um minério, reconstituindo dados e informações, marcas materiais em extinção, e manipulando vastos e diferentes fundos de fontes múltiplas e diversificadas, intensa e concentradamente produzidos em períodos charneira. As ferramentas, outras ligas, instrumentos de trabalho que ajuda a produzir e de que, homologamente teremos que servir-nos, sem esquecer o potencial estratégico envolvido e que recobre todo este objecto de pesquisa, terão que adequar-se à manipulação dos diversos poderes que se joga(ra)m nos processos de tessitura de um específico tecido social, o nosso, que pelas inscrições nele da história, a nossa história recente, queremos conhecer, com vista à produção de novos modos de (auto)compreensão, no quadro da ciência prática que é a história social.

Tal como para a questão científica implicada na análise da chamada “Questão do Volfrâmio” *“Une ville, une campagne, de loin c'est une ville et une campagne, mais à mesure qu'on s'ap-proche, ce sont des maisons, des arbres, des tuiles, des feuilles, des herbes, des fourmis, des jambes de fourmis, à l'infini. Tout cela s'enveloppe sous le nom de campagne.”*

(LEPETIT, Bernard ,1996:94) ■



Um grande desafio para o historiador demógrafo poderá ser uma tentativa de aproximação a uma História Social que não proceda simplesmente à hierarquização, segundo determinado critério, de indivíduos referidos numa determinada fonte, mas que, a partir do cruzamento de fontes sobre uma base de dados de residentes, numa comunidade escolhida, penetre no quotidiano dos mesmos, inserindo-os na família e perspectivando a evolução.

Sobre a freguesia de S. João da ilha açoriana do Pico, desenvolvo neste momento um ensaio de cruzamento, sobre o rol de confessados de 1884, de uma lista de recenseamento eleitoral e de registos de passaportes (iniciados estes em 1859), tendo como pano de fundo os dados da paróquia reconstituída.

Desenvolvo o ensaio identificando a partir de datas de nascimento, casamento e óbito os indivíduos constantes do rol e incluindo na respectiva *base de dados* a informação sobre profissões e sobre os montantes contributivos de cada chefe de família do sexo masculino (ou seu familiar do mesmo sexo economicamente independente ou alfabetizado), a categoria, num e noutro caso, de eleitor e elegível e ainda a informação sobre ausências, com passaporte ou sem ele.

Falando primeiro em percentagens e considerando as chefias dos fogos em cruzamento com a lista de eleitores, verifiquei que 9% dos chefes de família do sexo masculino não eram eleitores.

No universo dos eleitores, os chefes de família que não pagavam contribuição eram 21% do total. Apenas em três casos a contribuição paga era superior a 6000 réis. Mais quatro eleitores pagavam contribuição acima de 4000 réis, perfazendo uns e outros 3% dos casos. Uma contribuição entre 2000 réis e 4000 réis atingia 16% dos eleitores. Pagando con-

tribuição abaixo de 2000 réis encontramos 51%.

Diferentemente do que sucedera quatro décadas antes, nenhum dos proprietários identificados tinha serviçais residentes. As duas casas em que são referidos criados, além da do Vigário, haviam-se formado da desagregação da casa do Alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem, o maior proprietário da freguesia em meados do século. Morrera solteiro em 1881 e distribuíra os seus bens pelos criados (a quem, no fim da vida, não pudera pagar), e ainda por famílias pobres da vizinhança.

Talvez possamos admitir, considerando a rudeza do solo e o isolamento da freguesia, que nas últimas décadas do século XIX três em cada quatro famílias de S. João viveriam com dificuldades, sendo uma delas claramente pobre. Das famílias que viviam em maior desafogo, as que dispunham de um espaço produtivo mais alargado eram em número reduzido. A esperança numa vida melhor, mesmo para os filhos dos proprietários mais desafogados, encontrava-se na emigração para o Brasil e, cada vez mais, para a América do Norte. Duas gerações mais tarde encontrar-se-ia na formação escolar.

Parece-me interessante identificar essas três famílias de maiores proprietários, todos referidos no recenseamento eleitoral como pastores e nenhum deles descendente dos maiores proprietários de meados do século.

O eleitor que na freguesia pagava a maior contribuição em 1884 era Manuel Alexandre Pereira Madruga, mais conhecido por Manuel Alexandre Madruga. Tinha então 72 anos de idade e morava no lugar mais populoso da freguesia, na Companhia de Baixo, no Caminho Velho, entre a Canada de St. António e o Fim da Freguesia, com sua mulher Maria Rita de Oliveira, de 50 anos, suas filhas Maria das Dores, de 20 anos, e Maria Alexandrina, de 16, e seu filho Manuel, de 8 anos. Um filho Manuel, primeiro de nome, nascido depois de Maria Alexandrina, falecera antes de um ano de idade.

Manuel Alexandre Madruga era filho de outro homónimo e de Josefa

Mariana de Brum e fora o terceiro filho por ordem de nascimento deste casal, que baptizara nove filhos, sete dos quais sobreviventes. Pelos róis de confessados sabemos que saiu da freguesia para os Estados Unidos aos 33 anos, vindo casar a S. João um mês antes de completar 51 anos. Terá investido as suas economias essencialmente em *terras do mato*, onde se criavam vacas de leite, a duas ou três horas de penosa subida, a partir das casas. Este seria um comportamento corrente dos emigrantes de sucesso. Casamento com mulher mais nova, com possibilidade de gerar filhos e investimento no sector da economia no momento mais rentável (exportava-se para o Faial e para a Terceira um queijo característico que definiu um *tipo* ainda hoje conhecido como *de S. João*).

Repare-se que as suas duas filhas ficariam solteiras, sendo Maria das Dores Madruga professora das gerações femininas nascidas da transição do século à década de 20 do século seguinte. O filho que se chamou também Manuel Alexandre Madruga foi emigrante nos Estados Unidos, casando depois com Rita Mendonça do Amaral, natural da freguesia das Bandeiras da mesma ilha. Dos seis netos sobreviventes, o homónimo do pai e do avô, Manuel Alexandre Madruga, foi professor liceal, Genuíno foi padre, Alexandre foi electricista e viveu na Madalena e no Faial, Maria foi para o Brasil, Josefa foi para o Continente, José casou na freguesia das Bandeiras da mesma ilha. Nenhum descendente desta família vive hoje em S. João.

Manuel Alexandre Madruga, patriarca da família em 1884, faleceria em 1886, sobrevivendo a mulher até 1915.

O segundo maior contribuinte era Manuel Vieira Cardoso, de 51 anos em 1884. Também vivia entre a Canada de St. António e o Fim da Freguesia, casado com Maria dos Anjos, de 49 anos, e com os filhos, Maria, de 15, Inácia, de 13, Manuel, de 10 e João de 7 anos. Manuel Vieira Cardoso era filho de José Vieira Cardoso e Antónia de Jesus, proprietários, do lugar da Silveira, da freguesia da Santíssima Trindade das Lajes. Inácia dos Anjos era natural de S. João,

filha de Francisco da Silva Teixeira, natural da freguesia de St. António, do Norte da Ilha, e de Inácia dos Anjos, filha de uma mulher solteira de S. João. Não acompanhamos facilmente a origem dos bens desta família. Identificado como pastor, não nos parece que Manuel Vieira Cardoso tenha sido emigrante, embora todos os seus filhos o viessem a ser.

De facto, Maria da Silva Cardoso e Inácia dos Anjos da Silva Cardoso emigraram, depois do casamento, sem regresso, a primeira com passaporte de 1896 para o Brasil e a segunda para os Estados Unidos, sem passaporte conhecido. Manuel emigrou para os Estados Unidos onde morreu solteiro, também sem passaporte. João Vieira da Silva Cardoso também foi aos Estados Unidos depois de casado, deixando a mulher e um filho recém-nascido. Acabaria por regressar quatro anos depois e baptizar mais três filhos legítimos em S. João. Desse filhos, o mais velho, que teria uma descendência numerosa (nove filhos sobreviventes dos onze que registara, hoje todos residentes fora da freguesia) foi o único que casou em S. João. Uma filha foi para o Brasil, outra filha faleceu solteira e o filho mais novo licenciou-se em Economia e vive em Lisboa.

Manuel Vieira Cardoso faleceria em 1897 e Maria dos Anjos em 1927, aos 93 anos de idade.

No início de 1884, António Pereira da Silveira, de 56 anos, era o terceiro contribuinte a pagar mais de 6000 réis de contribuição. Vivia na Canada do Zambra, no outro lugar da freguesia, a Companhia de Cima, casado em segundas núpcias com Maria da Conceição Leal Ferreira, de 58 anos, o seu filho mais velho, que tivera do primeiro casamento com Inês da Conceição, chamado Manuel Pereira da Silva, de 33 anos, e uma afilhada, Maria, de 30 anos.

António Pereira da Silveira era filho de outro António Pereira da Silveira, este natural da Calheta do Nes-

quim, da mesma ilha, e de Antónia Tomázia, residentes que haviam sido na Canada do Alferes, no lugar da Companhia de Baixo. Viveu com a mãe já viúva até à morte desta em 1840. Em 1842 emigrou, causando oito anos mais tarde em S.



João.

Todos os seus quatro filhos do primeiro casamento foram emigrantes (um filho que tivera da segunda mulher faleceu aos sete anos).

O filho mais velho, Manuel, que encontramos em S. João em 1884, emigrara legalmente para o Brasil vinte anos antes, com idade de 13 anos. Casou em S. João em 1885, quando tinha 34 anos, com Maria Bernarda da Silva, de 36 anos. Registaram em S. João duas filhas, Maria e Balbina, e saíram todos com passaporte colectivo para o Brasil em 1888, sendo então Manuel Pereira da Silveira identificado como

marítimo. Cinco anos mais tarde registavam em S. João o seu terceiro filho conhecido, José, ao qual se seguiria uma outra filha, Inês. As duas filhas mais velhas casaram em S. João, deixando larga descendência.

O filho foi Monsenhor José Pereira da Silva, Vigário Geral da Diocese de Angra, que foi sempre acompanhado pela irmã Inês, que ficou solteira.

O segundo filho, António Pereira da Silveira, emigrou legalmente para os Estados Unidos aos 21 anos, deixando um filho recém-nascido de Maria da Conceição, então com 20 anos. Regressaria para casar aos 30 anos com a mãe do filho, entretanto falecido. Depois de registar Maria e Inês, foi novamente aos Estados Unidos em 1888, deixando a mulher grávida de António. A filha mais nova, Maria, viria a nascer seis anos mais tarde. Maria da Conceição Pereira, a filha mais velha, casou aos 31 anos e emigrou depois, sem regresso. Inês e António também emigraram para os Estados Unidos. António regressou, com o nome de António Pereira dos Santos, e faleceu em S. João, solteiro (morava longe da Igreja e era tão pesado que pela primeira vez na

freguesia se usou num funeral uma carreta pedida emprestada na vila próxima). Maria do Espírito Santo Pereira, a filha mais nova, casou aos 44 anos e não teve filhos.

Os dois filhos mais novos emigraram sem regresso. José, o terceiro filho, emigrou aos 12 anos para o Brasil e Francisco, o filho mais novo, aos 23 para os Estados Unidos.

António Pereira da Silveira faleceu na véspera de perfazer 86 anos. Sua mulher falecera aos 76 anos.

Um percurso pelas outras casas da freguesia poderia apresentar-nos outras vivências... ■

NOVIDADES

Uma população à procura de equilíbrio. O Baixo Minho no Antigo Regime.

-de Maria Norberta Amorim

Acaba de ser publicado, em separata da revista THEOLOGICA, o artigo *Uma população à procura de equilíbrio. O Baixo Minho no Antigo Regime*, de Maria Norberta Amorim. Trata-se de um texto de síntese dos resultados das investigações que se debruçaram sobre o Baixo Minho, a região portuguesa com uma maior cobertura de estudos de demografia histórica.

Partindo do estado actual dos conhecimentos sobre a população portuguesa no Antigo Regime e da sua experiência de investigação, a autora dá conta da sua convicção da prevalência em Portugal de *“profundas diferenças regionais e de contrastes acentuados em zonas próximas, como acontece entre o noroeste e o nordeste do país”*, dando como exemplos as grandes variações de comportamento entre as paróquias do Baixo Minho e duas paróquias que estudou nas regiões de Trás-os-Montes (S. Pedro de Poiães, em Freixo de Espada à Cinta) e da Beira (Couto do Mosteiro, em Santa Comba Dão).

Depois de se debruçar sobre a análise das diferentes variáveis demográficas, a Norberta Amorim verifica que, região do Baixo Minho, *“uma mortalidade suave em todas as idades e uma fecundidade relativamente elevada conduziram, de uma geração para outra, a um desequilíbrio insustentável, não fora o travão voluntariamente assumido pelo casamento tardio e celibato definitivo frequente, não fora, principalmente, a saída massiva de jovens antes da idade núbil. Os comportamentos desviantes no plano da fecundidade seriam reflexo dessa instabilidade familiar”*. ■

ANTIQVA

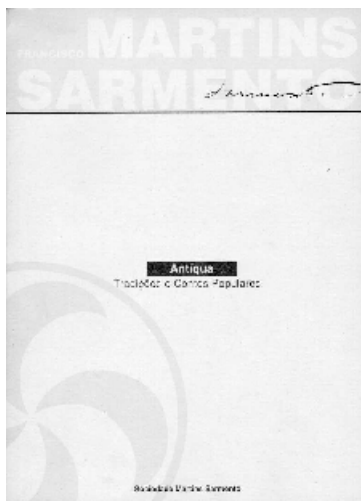
Apontamentos de Etnografia

-de Francisco Martins Sarmento

Em edição da Sociedade Martins

Sarmento, de Guimarães, foi lançado no início de Março o primeiro volume das Obras Completas de Francisco Martins Sarmento. Trata-se de *ANTIQVA - Apontamentos de Etnografia*, um volume organizado por António Amaro das Neves. Este volume é composto por um importante conjunto de apontamentos sobre tradições populares que Martins Sarmento foi colhendo ao longo da sua vida.

Na nota de apresentação, o organizador da edição dá conta de que nos apontamentos das pesquisas de Martins Sarmento resultou *“um vasto reportório de conhecimentos sobre a cultura popular portuguesa, em especial minhota, caracterizado pela riqueza e pela*



diversidade. Estando ausente destes materiais, pela sua natureza de simples registos de informações empíricas, qualquer pretensão teórica ou analítica, eles revelam-se como uma fecunda fonte de informação etnográfica que, um século volvido sobre o momento da sua produção, se pode constituir num instrumento de trabalho estimulante para os investigadores contemporâneos”.

Esta obra pode revelar-se de particular interesse para o estudo dos comportamentos demográficos, uma vez que nela se encontram materiais etnográficos relacionados com o objecto de estudo dos historiadores demógrafos: o nascimento, o baptismo, o namoro, o casamento, a vida, a morte. ■

ENCONTROS

No Museu Alberto Sampaio Encontro de História Local

O Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, vai organizar no próximo dia 16 de Abril o seu **Encontro de História Local**, iniciativa que já vai na sua sétima edição.

Num momento em que o Centro Histórico de Guimarães aguarda a sua promoção a Património da Humanidade, o Museu entendeu, nesta iniciativa, *“lançar alguns Olhares sobre o património vimaranense, nomeadamente sobre aspectos cuja importância possa ser menos óbvia para o cidadão comum”*

Nesse sentido, o Museu Alberto Sampaio propõe-se promover uma reflexão *“em diálogo com investigadores e numa perspectiva de futuro”* sobre a História e o Património locais.

Do programa constam as seguintes conferências:

-Políticas Museológicas e definição do conceito de Património, pelo Dr. Sérgio Lira.

-Património edificado do Centro Histórico de Guimarães, pelo Prof. Bernardo Ferrão.

-A Indústria de curtumes em Guimarães, pela Dr^a Maria Elisabete Pinto.

-Viagem em torno de uma peça de Museu, pela Dr^a. Manuela Alcântara.

Os trabalhos serão encerrados com a apresentação da nova edição da obra *O Loudel de D. João I*, da Dr^a. Maria Emília Amaral Teixeira.

As inscrições para participar neste Encontro estão abertas até ao próximo dia 12 de Abril. ■



Jornadas do Neps, 25 a 27 de Novembro de 1999

Comportamentos demográficos, população e sociedade

APRESENTAÇÃO

Conforme foi anunciado na edição de Janeiro do *Boletim*, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade prepara as suas primeiras *Jornadas* sobre *Comportamentos Demográficos, População e Sociedade*, que terão lugar de 25 a 27 de Novembro, em Guimarães. Neste encontro científico, tem como objectivo a abordagem das diferentes vertentes da investigação em História das Populações, esperando-se que se constitua num fórum de reflexão e debate aberto à participação de todos.

A estrutura das *Jornadas* articula-se em duas sessões plenárias e sessões paralelas espontâneas, em número a definir em função das propostas que venham a ser apresentadas.

As sessões plenárias funcionarão segundo os moldes tradicionais dos Congressos da ADEH: cada sessão abrirá com a intervenção de um ou dois conferencistas convidados; em seguida, o organizador resumirá o conteúdo das comunicações apresentadas, indicando, nomeadamente, as principais contribuições e temas para o debate que se abrirá em seguida.

Os assuntos a tratar nas sessões paralelas resultarão das sugestões a apresentar por grupos de investigadores, que se proponham tratar uma problemática comum, subordinada ao tema geral das Jornadas. Em cada uma destas sessões de carácter espontâneo, o número de comunicações será limitadas a um máximo de quatro; após a respectiva apresentação, haverá lugar a debate, aberto a todos os participantes.

Está previsto que os debates ocupem a maior parte do tempo disponível, tanto nas sessões plenárias, como nas paralelas.

SESSÕES PLENÁRIAS

Reconstituição de famílias: casa e estratégias sociais.

Organizador:

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães
(Universidade do Minho)

Esta sessão visa dois objectivos fundamentais:

1- Aprofundar e desenvolver estratégias interdisciplinares de alargamento e aprofundamento da reconstrução de Famílias como base para a Demografia Histórica e para a História Social.

2- problematizar e conhecer, no plano histórico, a importância da família e da casa como estruturas de organização, participação e desenvolvimento dos grupos humanos e dos indivíduos, nos planos social e cultural.

Constituição e recomposição de famílias: Perspectiva de análise demográfica contemporânea

Organizadora:

Godelieve Mauy-Stroobant
-Institut de Démographie da Universidade Católica de Louvain (Bélgica)

Os objectivos desta sessão são os seguintes:

-Comparar a perspectiva de análise da demografia das famílias com a da sociologia das famílias (logo, métodos de análise, temas tratados, principais resultados, utilização dos resultados, perspectivas de evolução futura de cada uma das áreas).

NORMAS PARA COMUNICAÇÕES

Tendo em conta que se tenciona publicar e distribuir as pré-actas das Jornadas até à data prevista para a sua realização, solicita-se a observância das normas seguintes:

A extensão máxima das comunicações será de 30 páginas A4, incluindo texto, notas, quadros, gráficos, ilustrações e bibliografia, utilizando de preferência os caracteres Times (corpo 12) e 1,5 espaços entre linhas. As citações bibliográficas deverão seguir o sistema anglo-saxónico. Por exemplo: (Marcílio, 1977:252), ou, se o nome do autor já for referido no texto, (1977:252). Este procedimento reduzirá a necessidade de muitas notas de rodapé. No final de cada artigo, haverá uma bibliografia, em que as referências bibliográficas devem organizar-se por ordem alfabética de autores, do seguinte modo:

BRETTEL, C., 1991, *Homens que partem, mulheres que esperam*, D. Quixote, Lisboa
MARCÍLIO, M.L., 1977, "Croissance de la population pauliste de 1798 a 1828", *Annales de Démographie Historique*.

O aparato gráfico (imagens, quadros, gráficos, etc) deverá ser integrado, sempre que possível, no corpo do texto. As notas devem ser inseridas no pé de página. As margens das páginas deverão ser de 3 cm pelos quatro lados e a numeração das páginas deverá ser colocada na margem inferior e centrada.

Deverá ser remetida ao Secretariado das Jornadas uma cópia em papel e em disquete de 3½", utilizando o programa Word (para PC e Macintosh).

INSCRIÇÕES

Membros do NEPS e participantes com comunicação: Grátis.

Estudantes: 2.500 Escudos.

Outros: 5.000 Escudos.

Todos os interessados em participar nas Jornadas do NEPS deverão remeter ao Secretariado da organização a ficha de inscrição anexa a este *Boletim*, devidamente preenchida. Todo o investigador que pretenda apresentar trabalhos nas sessões plenárias, deverá indicar o título provisório da respectiva comunicação, juntando um breve resumo da mesma, de extensão não superior a 15 linhas dactilografadas, até à data limite de 30 de Abril de 1999. O trabalho final deverá ser remetido ao Secretariado das Jornadas até ao dia 30 de Setembro.

A organização das sessões paralelas obedece ao mesmo calendário, devendo os interessados fazer chegar ao Secretariado das Jornadas as suas sugestões de organização de sessões espontâneas até 30 de Abril, com indicação dos temas a tratar e dos nomes dos investigadores participantes.

CALENDÁRIO

1 de Abril de 1999: Envio da primeira circular, contendo a definição das Jornadas.

1 de Maio de 1999: Data limite para os autores de comunicações fazerem

'FAQ' da Internet

FAQ é a abreviatura de Frequently Asked Questions, uma denominação muito utilizada na Internet que se refere à lista de perguntas mais comuns que os novos utilizadores frequentemente costumam fazer. Esta lista é organizada por utilizadores experientes para facilitar a entrada dos mais novos. É esta estrutura que vou utilizar neste artigo, não porque me considere um *expert* na questão, mas sim porque me seduz a estrutura destes documentos. É objectivo de uma FAQ com estas características fornecer informações simples e objectivas, perdoem-me portanto os especialistas por alguma ligeireza nas questões mais técnicas.

P: O que é a Internet?

R: A Internet é uma rede informática mundial, milhões de computadores ligados entre si, disponibilizando informação aos utilizadores.

P: Para que serve a Internet?

R: Fundamentalmente para ter acesso a informação e para comunicar com outras pessoas.

P: O que necessito para ter acesso à Internet?

R: Provavelmente já tem quase tudo o que necessita. Um computador, uma linha telefónica, um modem e uma conta num Fornecedor de Serviços Internet (Telepac, IP, Eunet, Esotérica, Teleweb, etc.). Quem lhe vendeu o computador deve estar habilitado para lhe fornecer este serviço.

P: É difícil trabalhar com a Internet?

R: Não! Certamente é mais fácil do que qualquer programa que já tenha utilizado.

P: Que vantagens posso ter com a sua utilização?

R: Acesso facilitado a todo o tipo de informação que necessite, envio de correio para outros utilizadores, conversação em linha (voz ou texto), etc.

P: O que é a WWW?

R: World Wide Web, "teia mundial", é a componente mais divulgada da Internet pela sua facilidade de informação.

P: O que é o email?

R: Correio electrónico, possibilidade de enviar uma mensagem instantânea e confidencial para qualquer parte do mundo ao custo de uma chamada local. Pode incluir além da mensagem um ou mais ficheiros anexados (imagens, textos, etc.).

OBS: Não é necessário ter Internet em casa para ter um email. Basta ter acesso a um computador que tenha Internet (na escola por exemplo) e subscrever um dos vários serviços de email gratuito como o HOTMAIL, o YAHOO, etc.

P: O que são mailing lists?

R: Listas de correio, utilizam o mesmo formato que o email mas uma mensagem enviada é distribuída automaticamente por todos os utilizadores que a subscreveram. Existem milhares de mailing lists, cada uma com o seu tema, nas quais os utilizadores trocam informações sobre o assunto que lhes interessa.

P: O que são as News?

R: São grupos de discussão. Presen-

temente a Telepac, por exemplo, dá acesso a mais de 20.000 grupos de discussão. Cada grupo tem o seu tema e os utilizadores interessados enviam mensagens normalmente colocando dúvidas, apresentando ideias, que suscitam animados debates.

P: O que é o IRC?

R: É uma nova forma de comunicação na Internet que, embora organizada de forma semelhante às news, permite a comunicação em linha. É quase uma conversa, o utilizador escreve uma frase no seu teclado e os outros vêem-na imediatamente. Tem características fundamentalmente lúdicas.

P: O que é o ICQ?

R: É um programa que me permite saber quais dos utilizadores meus conhecidos estão online, enviar-lhes mensagens ou falar com eles em privado.

P: Como devo proceder para pesquisar informação na Internet?

R: Utiliza-se uma ferramentas como o ALTAVISTA, o YAHOO, o LYCOS, ou os portugueses SAPO ou AEIOU. Escreve-se uma ou mais palavras chave que identifiquem o assunto que se deseja e num piscar de olhos aparecem centenas, se não milhares, de páginas sobre o assunto. O difícil é escolher...

P: Em que é que a Internet pode modificar o meu trabalho?

R: Acima de tudo permite comunicar de uma forma rápida, económica e eficiente. Exemplos não faltam... Querem saber se existe um livro na biblioteca da Universidade do Minho, ou no Arquivo Nacional? É verdade! Não têm de sair de casa! Ligam-se à Internet e consultam o ficheiro como se estivessem lá. É necessário enviar um ficheiro para o NEPS, um artigo para a revista, dados para elaborar um gráfico, o que seja... Um email e já lá está. Quanto se poupa em tempo e dinheiro?

Por esta altura já ninguém tem medo da Internet! Se conseguiram ler esta FAQ até aqui já sabem quase tudo... Está na hora de pôr os ensinamentos em prática. Atravem-se! ■

INICIATIVAS

Neps

chegar à organização os títulos e os resumos dos seus trabalhos e para a recepção de propostas para a organização de sessões paralelas espontâneas.

1 de Junho de 1999: Publicação da segunda circular, ampliando a informação sobre os aspectos organizativos das Jornadas. Incluirá ficha de inscrição para participantes sem comunicação. Até esta data, serão co-

municadas as decisões de aceitação ou recusa das propostas para a organização de sessões paralelas espontâneas.

1 de Outubro de 1999: Data limite para a recepção das comunicações.

1 de Novembro: Envio da terceira circular, com o programa definitivo das Jornadas. Data limite para a aceitação de inscrições de participantes sem comunicação. ■

Para um Roteiro de Fontes e Repertório Bibliográfico-Demografia e História das Populações

FICHA DE FONTES Nº 2

BARBOSA, Daniel Maria Vieira - *Alguns aspectos da economia portuguesa*. (1949) (*)

CARNEIRO, Bernardino J.A. - *Elementos de Direito Eclesiástico Português*. Coimbra:Imprensa da Universidade, 1863

CASTRO, P. João Baptista - *Roteiro Terrestre de Portugal*. Lisboa, 1748

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo - *As monografias locais na Literatura Histórica Portuguesa*.Lisboa: Biblioteca de Altos Estudos, 1935

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815). Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências. 5 tomos.

Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por Mandado del Rei D. Filipe I. 9ªed. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1824. 3 tomos.

RIBEIRO, João Pedro - *Memória sobre as vantagens dos Prazos a bem da Agricultura e Riqueza Nacional*. Porto: Imprensa Alvares Ribeiro, 1835

SERRÃO, Joel - *Fontes de demografia portuguesa (1800-1862)*. 1973 (*)

SERRÃO, Joel, Coord. - *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea: Arquivo Nacional da Torre do Tombo I*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984

SOUSA, Manoel de Almeida- *Tractado práctico e crítico de todo o direito emphyteútico*. Lisboa: Imprensa Régia, 1814. 2 tomos.

LISTAGEM BIBLIOGRÁFICA Nº 2 (DEMOGRAFIA)

2.1. Bibliografia nacional (*)

AMORIM, Maria Norberta de Simas Bettencourt - *Demografia histórica um programa de docência* . 1995

BANDEIRA, Mário Leston - *Demografia e modernidade família e transição demográfica em Portugal* . 1996

FERNANDES, Ana Maria Alexandre - *Velhice, envelhecimento demográfico e relações intergeracionais* .1995

FERRÃO, João - *A demografia portuguesa*. 1996

LISBOA. Câmara Municipal - *Os números de Lisboa Demografia, economia, emprego, infra-estruturas, ambiente e qualidade de vida, planeamento Câmara Municipal de Lisboa*.1995

MAGALHÃES, Justino Pereira de - *Demografia e alfabetização no Vale do Ave na transição do Antigo Regime*. 1995

NAZARETH, J. Manuel - *Introdução à demografia teoria e prática* .1996

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. *Observatório das Ciências e das Tecnologias - Relatório da avaliação de unidades financiadas pelo programa plurianual sociologia, antropologia, demografia e geografia*. 1996

PORTUGAL. Ministério do Emprego e Segurança Social. *Departamento de Estatística -Demografia das empresas em Portugal - Continente, 1982-1992 criação, encerramento, crescimento natural e sobrevivência de empresas*. 1994

PORTUGAL. Ministério do Emprego e da Segurança Social. *Departamento de Estatística - Demografia das empresas portuguesas na década de 80*. 1993

RAMOS, António Brito - *Demografia e emprego nas Ilhas Adjacentes* António Brito Ramos. 1974

TORRES, Adelino - *Demografia e desenvolvimento: elementos básicos*. 1996.

2.2. Bibliografia estrangeira

ALVAR EZQUERRA, Alfredo- *Demografia y sociedad en la España de los Austrias* .1996

BLANGIARDO, Gian Carlo [et al.] - *Demografia ...a cura di Massimo Livi Bacci*. 1994

DEL PLANTA, Lorenzo - *Introduzione alla demografia storica*. 1994

DUPÂQUIER, Jacques - *Actas do III Congresso da ADEH*. 1995

PAZ-ANDRADE, Valentin - *La marginación de Galicia*. 1970

ROWLAND, Robert,ed. ; Isabel Moll Blanes - *La demografía y la historia de la familia*. 1997

RUBIO, Pilar - *España, ayer y hoy itinerario de cultura y civilización historia y arte, demografía, economía, instituciones*. 1995

VINUESA, Julio [et al.] - *Demografía análisis y proyecciones*. 1994

(*) Existente em Serviços de Documentação - Bibliotecas da Universidade do Minho. ■

AQUISIÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DO NEPS

DIAS ALVAREZ, *Geografía del Turismo*.

CORDOBA ORDOÑEZ, *Geografía de la pobreza*..

GOMEZ SANCHEZ, *La muerte edificada*.

LIVI BACCI, *Historia de la población europea*.

PEREZ MOREDA, *La crisis de la mortalidad en la España interior*.

VILLARES, *La Propriedad de la tierra en Galicia*..

REVIRIEGO, *Medicina popular y espiritismo*.

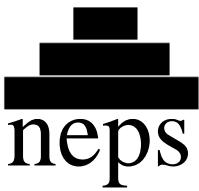
RODRIGUEZ DE GRACIA, *vivir y morir en Montilla*.

RIVAS ALVAREZ, *Miedo y Piedad*.

SANCHEZ DE LA CALLE, *La mortalidad infantil en Plasencia*.

TORRES SANCHEZ, *Ciudad y población*.

GARCIA HOURCADE, *Beneficencia y sanidad en el siglo XVIII*. ■



FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail _____

Outras referências: _____

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Doutor: _____ Doutorando: _____

Mestre: _____ Mestrando: _____

Licenciado: _____ Estudante: _____

Outras: _____

ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Profissão: _____

Instituição: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

INTERESSES DE INVESTIGAÇÃO

(riscar o que não interessar; acrescentar informações pertinentes)

1. Fontes: registos paroquiais ou de estado civil; outra documentação paroquial; documentação fiscal; passaportes; dotes, testamentos, doações; outra documentação notarial.

Outras: _____

2. Reconstituição de paróquias; cruzamento de fontes diversas.

Outras operações: _____

3. Análise demográfica; migrações; genealogias; história da família; história da criança abandonada. Análise social. História da alfabetização.

Outros: _____

Data: ___ / ___ / ___

Assinatura: _____

U N I V E R S I D A D E D O M I N H O
JORNADAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Comportamentos demográficos, População e Sociedade

FICHA DE INSCRIÇÃO DE PARTICIPANTE COM COMUNICAÇÃO

NOME: _____

MORADA: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE: _____

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO: _____

Membro do NEPS: Estudante: Outra situação:



Remeter, depois de preenchido, para:
Secretariado Executivo das Jornadas do NEPS - Universidade do Minho - Pólo de Azurém
4800 GUIMARÃES

Boletim Informativo
nº 6 - Março de 1999

PUBLICAÇÃO DO:
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Pólo de Azurém
Guimarães

DIRECTORA:
Coordenadora do NEPS

COLABORADORES DESTE NÚMERO:
Maria Norberta Amorim, Luís Polanah, Otilia Lage, Elisabete Pinto, Antero Ferreira,
António Amaro das Neves, Rolando Costa, Isabel Salgado, Daniel Freitas, Natália Silva

DEPÓSITO LEGAL
n.º 125306/98

Núcleo de Estudos de População e Sociedade
Universidade do Minho, Pólo de Azurém
4800 Guimarães
Telefone/Fax (053) 510187
e-mail: **neps@eng.uminho.pt**

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.